

# CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO SETECENTISTA NAS MINAS

*Lívia Romanelli d' Assumpção*

Arquiteta e Urbanista da Fundação Nacional Pró-Memória - SPHAN

## RESUMO

O artigo refere-se à formação dos primeiros núcleos urbanos setecentistas na Capitania das Minas Gerais. Discorre sobre suas características básicas comuns, abordando a maneira como que as causas econômicas, políticas e sociais influíram na criação e desenvolvimento dos espaços urbanos típicos da época.

## ABSTRACT

*This article deals with the formation of the first urban centers in eighteenth-century Minas Gerais. The towns basic common characteristics are focused upon in an attempt to show how economic, political and social factors influenced the creation and development of urban spaces typical of the period.*

## INTRODUÇÃO

As considerações a seguir descritas foram feitas tomando-se por base anos de experiência como arquiteta da SPHAN/próMemória dentro dos antigos núcleos urbanos de Minas Gerais, sujeitos à proteção do Decreto Lei nº 25, de 30/11/1937.

Na análise desses espaços enfatizamos o uso de dados empíricos que foram cristalizados a partir do labor contínuo na área da preservação.

É conveniente estabelecer preliminarmente algumas comparações importantes para definir no tempo e no espaço o objeto tratado. O quadro a seguir ilustra os aspectos básicos considerados sob o ponto de vista histórico e que constituem nossos referenciais.

Revista do Departamento de História.  
9 (1989) : 130-140.

OCUPAÇÃO LITORÂNEA séc. XVI – XVII	OCUPAÇÃO DA CAPITANIA DAS MINAS – séc. XVIII
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Inicialmente fortes e feitorias com finalidade comercial e militar (política mercantilista)</li> </ul>	<p>Descoberta oficial do ouro em 1693 e início do povoamento com formação de arraiais (alteração na maneira de exploração da colônia)</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Montagem da “plantation” açucareira. Predomínio do espaço rural sobre o urbano</li> </ul>	<p>Predomínio do espaço urbano sobre o rural; processo rápido de formação urbana. Já em 1711 três vilas são erigidas (Vila Rica, Vila do Carmo, Vila Real do Sabarabuçu) e em 1720 mais quatro (Vila do Príncipe, Vila de São João del Rei, Vila de N. Sra. da Piedade de Pitangui, Vila Nova da Rainha).</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● As cidades são pólos administrativos, mercantis e ainda sede onde se localizam as ordens religiosas.</li> </ul>	<p>As cidades passam a concentrar diversas funções e ser o foco das decisões. Necessidade de maior controle pela metrópole, o que resulta na mudança da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Sociedade estratificada</li> </ul>	<p>Sociedade heterogênea, apresentando variadas camadas intermediárias entre senhores e escravos.<sup>1</sup></p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Presença de ordens religiosas conventuais (Franciscanos, Beneditinos, Carmelitas).</li> </ul>	<p>Presença de Irmandades leigas e Ordens Terceiras.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Certo planejamento urbano na implantação das principais cidades litorâneas como S. Luiz, Salvador, Rio, mas sem seguir exatamente o estipulado pelo conjunto de “Leis das Índias”,<sup>2</sup> rigidamente usado na América Espanhola.</li> </ul>	<p>Ocupação urbana espontânea, com exceção para Mariana.</p>

1. “Numa economia mineratória, enfim, há maior circulação de riqueza: a renda gerada é distribuída pelo corpo social, o que acontece pouco ou não acontece na zona agrícola, em que só o senhor e o exportador detêm os lucros, pouco restando para a sociedade no seu todo. A área mineira conheceu mais igualdade, foi mais democrática (empregue-se a palavra, ainda que com reserva)”. IGLÉSIAS, Francisco. *Três Séculos de Minas*. Belo Horizonte, Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, 1985, p. 12.

2. Eram ordenações do Conselho das Índias, datadas de 1573, que definiam fórmulas urbanísticas que seriam seguidas na planificação e construção de cidades. Parece que a Espanha já adotava muitas dessas fórmulas antes mesmo que fossem definidas como “Lei das Índias”

3. “Pode-se alegar que o comércio surgiu para atender a mineradores mas ele é que explica a concentração populacional. Ao lado do comércio, a Igreja: as funções religiosas, com missas, batizados, casamentos, exéquias, festas, atraíam os povos. Alguma capela é sempre referência na origem das cidades”. IGLÉSIAS, Francisco. Op. cit. p. 12.

A seguir passamos a tratar especificamente da Capitania das Minas, abordando suas próprias leis de formação do espaço urbano e os aspectos que mais marcaram e contribuíram para essa definição.

## CONDICIONANTES BÁSICAS DA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO

### a) Aspectos Econômicos

Junto aos cursos d’água, onde as catas se revelaram mais promissoras, instalaram-se os primeiros aglomerados humanos de caráter temporário a princípio, que foram se alterando à medida em que o ouro se revelava mais abundante. Para esses locais acorreram comerciantes desejosos de fazerem bons negócios. Naquele território, onde só se tratava de garimpar, tudo o que fosse necessário à vida, deveria ser comprado. Comprava-se de tudo: gêneros, escravos, armas, utensílios domésticos, etc.

Preferencialmente o comércio se estabelecia ao longo dos caminhos de ligação entre as catas, nos seus cruzamentos ou pontos onde era mais promissor o assentamento humano, como as paradas de tropas, de ambulantes, locais de travessia de cursos d’água ou mesmo postos de cobrança de impostos.

Junto com o comércio também se erguia uma primeira capela que, a princípio, preenchia as necessidades da devoção espiritual passando, em seguida, a preencher a vida social dos moradores locais.<sup>3</sup>

Do exposto conclui-se quão importantes eram os caminhos, usados como ponto de fixação do comércio e dos habitantes, cujas casas aglomeravam-se em torno das vendas ou capelas. Surgiram assim as primeiras formas urbanas minerais: longitudinais, onde os caminhos ligando os arraiais se transformavam em ruas e estes por sua vez, também ligando-se, transformavam em vilas e cidades. Situavam-se geralmente a meia encosta nos terrenos acidentados das Minas, protegidos dos ventos mais fortes que costumam soprar nas cumeadas de serras e a cavaleiro dos cursos d'água, locais mais baixos, sujeitos a pestes e inundações.

No entanto, se ao longo do tempo o local não se revelava propício, mudava-se facilmente a vila para o outro lado do rio ou para terreno próximo,<sup>4</sup> procedimento este responsável, também, pela facilidade com que foram demolidas e substituídas antigas edificações.

Na abertura dos caminhos estão presentes alguns condicionantes básicos como, por exemplo, o seguimento, se possível, de uma mesma curva de nível, o desvio de obstáculos, o acompanhamento de cursos d'água ou mesmo de cumeadas de serras, objetivando melhor orientação e economia.

Tendo em vista a preferência que o comércio tem em se instalar sempre em locais mais planos, eram esses trechos de caminho que mais se desenvolviam, tornando-se em geral a via principal (ou a mais procurada) do arraial ou vila.<sup>5</sup>

Com o desenvolvimento do lugar, aparecem as vias paralelas ao caminho principal, bifurcações e, conseqüentemente, ligações entre estes arruamentos primitivos. Assim, espontaneamente, surgiram todas as principais cidades do ciclo do ouro. Um pouco diverso foi Mariana, que originalmente também fora espontânea como as outras formações urbanas da época. O antigo arraial se localizava às margens do ribeirão do Carmo e galgava o morro de São Gonçalo (antiga saída para Vila Rica). No entanto, em 1745 a Vila do Ribeirão do Carmo foi transformada em cidade, implantada em local de topografia mais adequada, ao lado da área que já estava sendo ocupada em razão da criação do primeiro bispado nas Minas. Para isso recebeu uma traçado urbano regular, disposto em trama ortogonal, provavelmente feito por Alpoim (o mesmo que fez o Palácio dos Governadores).<sup>6</sup>

É conveniente observar que, na implantação do casario e do traçado de arruamentos, os cursos d'água eram em geral deixados nos fundos dos lotes, em posição secundária, sendo usados como divisa natural de terrenos. Este posicionamento está presente nas antigas formações urbanas de Minas, a saber, Vila Rica (Ouro Preto), Mariana, São José del Rei (Tiradentes), Vila do Príncipe (Serro), Arraial do Tejuco (Diamantina), etc. No entanto, quando a cidade manteve uma vida economicamente ativa, mesmo com a queda da produção das minas de ouro, o curso d'água passou a ter posição de destaque no cenário urbano, fato ocorrido com São João del Rei<sup>7</sup> que, no séc. XIX, sofreu as influências do Academismo Francês e todos os seus modismos, introduzido no Brasil com a vinda da Corte de D. João VI e da Missão Francesa de Joaquim Lebreton. O córrego do Lenheiro, em São João, passou a ter outro tipo de implantação urbana, em posição de destaque, com as fachadas principais das casas voltadas para si. Muitas delas foram vestidas com roupagem neo-clássica. As mais novas eram de fei-

4. São João del Rei e Mariana são exemplos. Sérgio Buarque de Holanda menciona que: "A rotina e não a razão abstrata foi o princípio que norteou os portugueses, nesta como em tantas outras expressões de sua atividade colonizadora. Preferiam agir por experiências sucessivas, nem sempre coordenadas umas às outras, a treçar de antemão um plano para segui-lo até o fim. Raros os estabelecimentos fundados por eles no Brasil que não tenham mudado uma, duas ou mais vezes de sítio, e a presença da clássica vila velha ao lado de certos centros urbanos de origem colonial é persistente testemunho dessa atitude lateante e perdulária". HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro. José Olímpio Editora, 1956. p. 151.

5. Rua Direita em Mariana, rua Getúlio Vargas em Tiradentes, rua Nagib Bahamed em Serro, rua São José em Ouro Preto.

6. VASCONCELLOS, Salomão de. *Breviário Histórico e Turístico da Cidade de Mariana*. Biblioteca de Cultura Mineira, Belo Horizonte. 1947. p. 55.

7. Era centro irradiador de produtos agro-pastoris e foi onde se instalaram as primeiras indústrias de tecidos em Minas.

ção eclética, com jardins frontais e afastadas do alinhamento, segundo a nova corrente dominante. Algumas construções de origem setecentista, como o atual Museu de São João do Rei, ainda mantêm sua fachada de fundos voltada para o córrego.

A mesma razão econômica concorre portanto para a formação urbanas de características muito similares, praticamente comuns em todos os núcleos de mineração da Capitania.

## b) Aspectos Políticos

A preocupação com a manutenção do poderio da metrópole e a insegurança quanto a essa capacidade estão claras nas ordenações portuguesas, dificilmente implantadas nas Minas. Dizia o Conde de Assumar, governador da Capitania; "O clima de rebelião é como que o oxigênio que se respira nestas Minas".<sup>8</sup>

Talvez por isso mesmo a política da metrópole tenha se mostrado tão rigorosa com o Distrito Diamantino, área demarcada dentro da Capitania, sujeita ao controle direto de Portugal. O antigo arraial do Tejuco, que deu origem a Diamantina, foi formado pela união de quatro primitivos arraiais (Arraial de Baixo, Arraial de Cima, do Rio Grande e dos Forros – este último posterior aos três primeiros). A formação urbana resultante apresentava implantação de contorno em forma próxima ao quadrado. Em seu núcleo desenvolveu-se uma malha com reticulado semelhante ao recomendado pelo conjunto de "Lei das Índias". Esta formação pode ter sido o resultado do extremo rigor da Coroa, onde a abertura de ruas certamente teve limitações. O reticulado central seria a área mais facilmente vigiada do que as formações urbanas longitudinais comuns às vilas mineiras da mesma época. Só mais tarde, na segunda metade do séc. XIX, é que Diamantina "espalhou-se" pelos terrenos vizinhos.

De difícil controle eram outras povoações mineiras, principalmente Vila Rica que, tendo se desenvolvido bastante, provocou a mudança da residência oficial do governador, provavelmente no final da década de 40. O chamado Palácio de Assumar de Mariana passou, em 1748, a abrigar o primeiro bispo e o governador passou a residir em Vila Rica, cujas obras do Palácio foram iniciadas em 1741.<sup>9</sup> Os governadores deveriam impor-se como autoridade máxima, cercando-se de toda segurança, tendo em vista a dificuldade da obediência às posturas e ordens vindas de Portugal. Por isso é sintomático que o Palácio construído para residência dos mesmos na Vila Rica seja a única edificação em Minas a obedecer às características de uma fortaleza militar, nos moldes daquelas existentes no litoral. Também a sua localização é notável: no alto do morro de Santa Quitéria, que divide os dois principais arraiais já formados; o de Antônio Dias e o do Ouro Preto. À frente do Palácio situavam-se a Casa da Câmara e Cadeia e uma praça de onde partiam arruamentos para os principais pontos da Vila, encontrando-se com os caminhos de entrada e saída da mesma. Portanto, local irradiador de poder, do qual não participava nenhuma edificação religiosa.

A ocupação do morro de Santa Quitéria foi posterior à formação urbana longitudinal de caráter espontâneo. Pode-se receber, em torno da praça principal (Tiradentes), o traçado de arruamentos

8. IGLÉSIAS, Francisco. Op. cit., p. 13.

9. VASCONCELLOS, Salomão de. Op. cit.

próximo ao xadrez, denotando já a preocupação com a ordenação espacial da vila. Provavelmente, esse traçado foi feito com o objetivo de melhor controlar o sítio urbano, visto a ocupação desta área corresponder ao período mais repressivo da dominação portuguesa nas Minas, segunda metade do séc. XVIII. É necessário mencionar ainda o chamado "Conjunto Alpoim", grupo de sobrados colados uns aos outros, erigidos provavelmente pelo mesmo construtor do Palácio e na mesma época, situados à direita deste, na mesma praça. São as únicas edificações deste período que apresentam um pavimento intermediário (como um "mezzanino"), de altura variada em cada uma, em função da declividade do terreno, de forma a resultar o mesmo alinhamento de beiral para todas. Está clara aí a preocupação com a organização da composição de volumes no entorno do Palácio, além de garantir uma complementação de cena urbana à altura da importância do mesmo, visto ter sido ainda o lote de terreno à esquerda deste, defronte ao "Conjunto Alpoim", destinado à edificação pública.<sup>10</sup>

A praça tem um caráter essencialmente político, apresentando um desenho em planta próximo a uma retângulo ligeiramente curvo (talvez para adaptação à topografia) com uma certa abertura de ângulo nas laterais, definindo o espaço quase como um anfiteatro, cujo principal personagem é o Palácio. A Casa de Câmara e Cadeia só foi construída no final do século, já sofrendo as influências neoclássicas. Com a moda dos jardins no séc. XIX a praça chegou a receber canteiros e árvores, que foram mais tarde retirados pelo Patrimônio Histórico. Deve ser lembrado que anteriormente o local que funcionava como centro aglutinador das atividades urbanas era o Largo de São Francisco, pouco abaixo da praça.

A preocupação com a conveniente arrecadação de impostos e consequente efetivação da autoridade lusa foi o que provocou, desde o início da povoação do território, a necessidade da sua organização política, com a divisão em Comarcas e a criação de Vilas.<sup>11</sup> Nestas, as Câmaras Municipais tiveram funções determinadas pela Coroa Portuguesa que, evidentemente, deixava às mesmas toda a responsabilidade de erigir e zelar pelas obras públicas necessárias. Assim, as Câmaras deviam abrir e calçar as ruas, fazer a captação de água, construir chafarizes, pontes, e edifícios públicos, além de serem responsáveis também pela manutenção da ordem pública – o que explica a construção da Casa de Câmara, em geral sobre a Cadeia, em um único edifício.

A questão da captação de águas era muito importante assim como o escoamento das águas servidas ou pluviais, obedecendo a regulamentos que ditavam ainda a necessária proteção às encostas e construções.

Já neste século, muitas destas proteções e canalizações de escoamentos foram alteradas pelas administrações municipais (desatentas às suas finalidades), causando transtornos e desabamentos em áreas urbanas, na época das chuvas.

Os telhados deveriam jogar as águas para a frente e para os fundos (duas águas), nunca para os vizinhos. As construções em esquina poderiam ter telhados em mais de duas águas. Já as construções mais nobres, que ocupavam terrenos maiores, costumavam ser cobertas em telhados de quatro águas.<sup>12</sup>

Às vezes, por questão de segurança ou simplesmente necessidade de passagem, eram feitos entre o casario, becos de ligação

10. Até onde foi possível verificar, o terreno destinava-se a edificação de caráter público, portanto, com alguma imponência. No séc. XIX ali existia o Fórum (atualmente funciona no local o restaurante e diretório estudantil).

11. Comarca de Vila Rica, de Sabará, do Serro Frio e do Rio das Mortes, cujas cabeças ou sedes administrativas foram, respectivamente, Ouro Preto, Sabará, Serro e São João del Rei.

12. Situação singular existe no Serro, onde originalmente foram construídos muitos casarões (estruturados em madeira), cobertos com telhados de quatro águas e separados por distâncias mínimas. Provavelmente por ter sido sede de Comarca e local de tradições intelectuais, abrigava famílias socialmente importantes, gerando um número até excessivo de casarões, considerando a dimensão da cidade.

entre arruamentos. Para esses becos nunca poderiam ser abertas fachadas – no máximo portões de serviço. Muitas dessas passagens ainda permanecem, em geral, transformadas em vielas, como no caso de Tiradentes, onde estas ainda existem com características bem originais.

Evidentemente, além das regulamentações das obras públicas existiam posturas municipais para construções de caráter particular. Estas definiam, entre outras coisas, que as testadas dos lotes de terreno, em geral com cerca de 10m de frente, tivessem suas construções alinhadas com a via pública.

Não havia jardins, só quintais, bastante longos devido à profundidade deixada para os lotes (muitas vezes até o córrego situado nos fundos). Os jardins frontais só apareceram no séc. XIX, alterando assim a disposição das casas e conseqüentemente a feição dos espaços urbanos.

A fachada principal recebia um tratamento mais nobre e às vezes requintado. Os vãos e os panos de parede distribuíam-se de maneira equilibrada.

Desta forma, as posturas e regulamentações das Câmaras adaptadas à cada região, foram grandes responsáveis pela feição típica do casario das antigas cidades das Minas.

### c) Aspectos Sociais e Religiosos

Apesar do caráter provisório das primeiras povoações das Minas, houve a introdução das marcas de origem de seus colonizadores. A migração em massa de portugueses para as Minas, transportou para a Capitania seus usos, costumes e formas construtivas.<sup>13</sup> Aqui estes se amoldaram ao meio e às circunstâncias criando linguagem própria. Em virtude de ser ainda um território em processo de desbravamento, era terra de ninguém; razão de toda sorte de desmandos e abusos. Entre governantes e governados estabeleciam-se cumplicidades; o Rei estava longe e a terra era propícia a formação de poderes paralelos, como o de Rodrigues de Macedo, rico arrematante de arrecadações tributárias, que construiu uma das maiores e mais importantes edificações civis particulares das Minas, a "Casa dos Contos", em Vila Rica.<sup>14</sup> Esta casa foi toda feita em pedra, em execução primorosa, não faltando no seu interior pinturas artísticas.

Não era comum as casas particulares usarem pedra a não ser nas fundações e baldrames. Nos locais onde os recursos eram mais abundantes (Vila Rica, Mariana) as igrejas e edificações públicas eram erigidas em pedra e cal; noutros, menos ricos e com carência de material (como Diamantina e Serro, por exemplo), essas edificações eram erguidas em taipa, com estrutura de madeira.

Diversas soluções construtivas foram trazidas pelos primeiros povoadores. Os paulistas construíam grossas paredes de taipa a partir do piso do terreno. Os portugueses adotaram a solução em gaiola de madeira alçada do terreno, com vedação em geral em pau-a-pique, que passou a ser muito usada por adequar-se perfeitamente à topografia acidentada da região das Minas. Também muito comum era a construção em paredes de adobe.<sup>15</sup> A cobertura que a princípio era feita em fibras vegetais, passou a ser em telhas de barro.

13. Saíram tantos de São Paulo, do Nordeste e do Reino que provocaram neste o edltamento de leis proibindo a emigração para o Brasil, sob o risco de despo-voar Portugal.

14. João Rodrigues de Macedo, apesar de comprometido com o movimento da Inconfidência Mineira, ficou livre dos seus tribunais. Teve no entanto, que abrigar em seu casarão, em 1792, a sede da administração e contabilidade da Capitania (daí o nome da casa), em virtude de seus débitos para com a Coroa (para isso construiu-se acréscimo na mesma).

15. Adobe é o tijolo de barro cru misturado com palha e excremento de boi. Pau-a-pique é a parede armada com paus finos amarrados com fibras vegetais e vedada com barro.

Em função da ausência de incentivo dada ao desenvolvimento da indústria nos centros mineradores, o comércio foi bem desenvolvido favorecendo várias formas de serviços. Estas contribuíram para diversidade de funções que passaram a ter os aglomerados humanos, conduzindo a formas tipicamente urbanas de ocupação prenunciadoras das vilas que passaram então a concentrar, além dos funcionários, militares e comerciantes, outros tantos responsáveis pelas condições de habitabilidade e desenvolvimento do lugar, como por exemplo, os artífices, artesãos, mestres pedreiros e marceneiros, alfaiates, além de desocupados e prostitutas, dentre outros. Convém lembrar que pela pouca quantidade de mulheres no princípio da colonização, houve muita miscigenação com escravas.

Evidentemente a sobrevivência dessas camadas intermediárias dependia da venda de seus produtos ou serviços; por isso procuravam se estabelecer o mais perto possível do "mercado" existente ou em potencial. Desde o princípio dos assentamentos urbanos, os locais mais favorecidos eram os centros das vilas, lugar de maior concentração urbana e, os caminhos mais transitados. Estes, quando muito alongados em sua ocupação, tendiam a estimular o aparecimento de trechos paralelos, a meia encosta, alcançados por transversais ou pela bifurcação do caminho principal. Assim facilitava-se ao viajante ou morador, a procura do produto ou serviço que mais lhe conviesse em um percurso mais limitado. Nessas áreas mais centrais, logo foram construídas edificações de dois pavimentos. Alguns estudiosos, como por exemplo Sílvio Vasconcellos, se referem ao aparecimento de construções em sobrados por falta de espaço nas cidades, o que não acreditamos pois espaço havia o bastante, apenas a lei do mercado era mais forte e os arruamentos calçados os preferidos. O sobrado foi a solução de arquitetura transplantada de Portugal que veio equacionar o problema de moradia e de sustento do seu proprietário, tudo resolvido em um só lote de terreno. Esta solução, muito usada pelas camadas intermediárias da população, buscava sempre situar-se nos locais anteriormente mencionados, que favoreciam o comércio (o térreo ou primeiro pavimento destinado aos fins comerciais e o andar superior ou segundo pavimento, à moradia).

Os mais abastados, além de disporem dos melhores terrenos, os mais centrais (portanto os mais procurados), podiam construir sobrados maiores e sofisticados, usando a edificação em mais de um pavimento como símbolo de ascensão social. Os fundos e o porão era destinados ao abrigos de animais e escravos (geralmente colocados nas mesmas condições). Os mais pobres resolviam o seu problema de sustento e moradia, destinando um comodo frontal ao seu trabalho (ou comércio) e desenvolvendo a habitação nos fundos a partir de um corredor lateral (também presente nas habitações mais ricas). Tudo era feito em um só pavimento ao nível do arruamento. Essa camada intermediária, de variadas gradações, foi a responsável pelo aparecimento da edificação urbana típica das Minas, já bastante estudada e levantada pelos pesquisadores do assunto, como por exemplo, Sílvio Vasconcellos.<sup>16</sup>

Na composição do espaço urbano destacam-se as igrejas, pontos de referência das vilas. Faziam parte da vida de seus moradores como elemento essencial das manifestações de caráter social, onde eram cultivados os cerimoniais de expressão barroca.

16. VASCONCELLOS, Sílvio de. *Arquitetura Dois Estudos*, 2 ed. Goiânia, MEC / SESU / PIMEG-ARQ/UCG, 1983.

17. Em virtude da Coroa Portuguesa temer a concorrência do clero no domínio da terra e de suas riquezas, foi proibida nas Minas a entrada de ordens religiosas primeiras e segundas (conventuais).

18. "Daí por exemplo a colocação de igrejas e chafarizes nunca com a função de fechar, definir, concluir o espaço urbano, mas sempre com a função de dilatá-lo, de abrir novos eixos perspectivos, de acentuar ou complicar o polícentrismo já existente na estrutura urbana, de relacionar cenograficamente seus elementos". DEL BRENNIA, Giovanna Rosso. *Medieval ou Barroco? Proposta de Leitura do Espaço Urbano Revista Barroco* 12 (1982): 141-45.

19. A rua Getúlio Vargas (chamada antigamente rua Nova do Sacramento) em Ouro Preto, que dá continuação à rua São José, foi aberta para servir de caminho à famosa procissão do "Tríduo Eucarístico".

Elas adquirem maior importância ainda quando observamos que era a própria população, sempre deixada à própria sorte, que se reunia em irmandades e ordens terceiras erguendo suas capelas e matrizes.<sup>17</sup> Os locais escolhidos foram geralmente platôs, por serem pontos privilegiados na cenografia urbana, justificando um certo gosto barroco na implantação de edificações importantes no conjunto urbano.<sup>18</sup>

A idéia do "espaço barroco" que existia na Europa, não se constituiu nas Minas a não ser em alguns trechos mais cuidados, usando no entanto, linguagem própria. Aqui aparece muitas vezes na forma espacial externa a exaltação espiritual, característica do barroco, através do uso da escadaria e símbolos que buscavam manifestar a ascensão à glória e à vida eterna culminada finalmente pela entrada no templo. Assim temos exemplos, como as igrejas de São Francisco de Paula e Santa Efigênia em Ouro Preto, Santo Antônio em Tiradentes, Nossa Senhora do Carmo em Serro e sobretudo, o Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas.

Muitas vezes a implantação do templo com seu adro e cemitério ficou dificultada quando o espaço urbano já estava definido. Era comum, na época, executar-se uma ampliação da capela ou matriz, quando a irmandade alcançava uma situação financeira melhor. Em face disso era importante que a irmandade possuísse terrenos no entorno imediato do templo.

Interessante notar que em Diamantina as igrejas quase se confundem com seu casario urbano. Talvez seja isto também um reflexo da pesada dominação imposta ao antigo arraial, que não pode manifestar livremente a sua expressão social, característica dos templos religiosos. Poderia talvez também ser alegada a razão técnica; do material de construção (madeira) não favorecer grandes arruamentos arquitetônicos, mas que, no entanto, criou em Serro (cidade vizinha) igrejas imensas.

Por fim merece referência o caminho das procissões através de seus Passos, que era geralmente via importante dentro do espaço urbano.<sup>19</sup> Assim é que a religiosidade se manifestava como parte da vida cotidiana dos moradores, onde não faltavam os oratórios nas casas de esquina e as cruzeiras nas pontes e cruzamentos de caminhos.

## CONCLUSÃO

Vimos que o espaço urbano nas Minas setecentistas foi formado a partir de condicionantes econômicas, políticas e sociais, praticamente idênticas para todos os núcleos urbanos da época, o que explica a semelhança existente entre os conjuntos ainda remanescentes. Cabe ressaltar a formação espontânea de seu espaço e o caráter marcadamente popular que o gerou.

Resta ainda mencionar que a sua conservação é dificultada por várias razões:

- o comportamento herdado dos portugueses que construíam e abandonavam facilmente suas povoações.



- a mudança que houve no séc. XIX, com novos usos e costumes, aliada à valorização dos modelos trazidos pelo Academicismo Francês.
- e sobretudo a especulação imobiliária, com a evolução do capitalismo, que resultou na destruição parcial ou total do nosso acervo, em benefício de modismos muitas vezes alheios a nossa cultura.

### BIBLIOGRAFIA

Arquivo da 7ª Diretoria Regional da SPHAN/Fundação Nacional Pró-Memória, Belo Horizonte.

ÁVILA, Afonso. Pequena Iniciação ao Barroco Mineiro. *Revista Barroco* 7 (1975).

DEL BRENNIA, Giovanna Rosso. Medieval ou Barroco? Proposta de Leitura do Espaço Urbano Colonial. *Revista Barroco* 12 (1982): 141-145.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio ed. 1956.

IGLÉSIAS, Francisco. *Três Séculos de Minas*. Belo Horizonte. Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa (Cadernos de Minas, I), 1985.

SOLANO, Francisco de. *Plaza Mayor Hispanoamericana*. Caracas, Venezuela. *Revista Venezolana de Cultura*, 11 (1986).

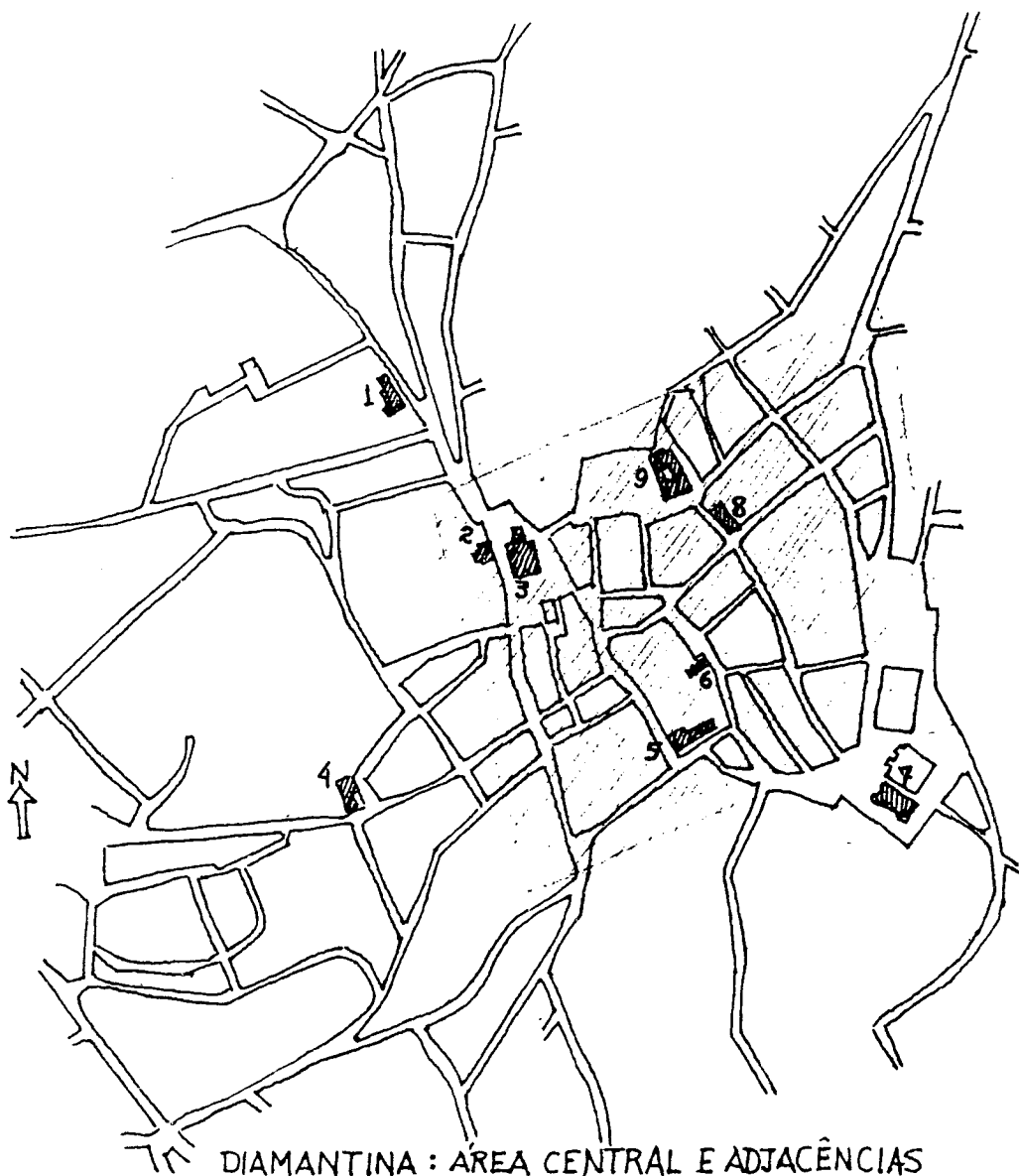
TELLES, Augusto Carlos da Silva. A Ocupação do território e a trama urbana. *Revista Barroco* 10 (1978): 39-51.

VASCONCELLOS, Salomão de. *Breviário Histórico e Turístico da Cidade de Mariana*. Biblioteca Mineira de Cultura. Belo Horizonte, 1947.

VASCONCELLOS, Sílvio de. Formação Urbana do Arraial do Tejuco. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* 14 (1959): 121-134.

*Arquitetura Dois Estudos*. 2ed. Goiânia, MEC/SESU/PIMEGARQ/UCG, 1983.





## DIAMANTINA : ÁREA CENTRAL E ADJACÊNCIAS

Alguns monumentos de Diamantina:

- 1 - Igreja São Francisco
- 2 - Museu do diamante
- 3 - Catedral
- 4 - Igreja N. Sra. das Mercês
- 5 - Igreja N. Sra. do Carmo
- 6 - Igreja N. Senhor do Bonfim
- 7 - Igreja N. Sra. do Rosário
- 8 - Igreja do Amparo
- 9 - Mercado Municipal